O ESTADO DE S.PAULO
Publicado em 17/12/2022 - 06:00

Congresso muda partilha para manter base do orçamento secreto

Congresso muda regra para salvar orçamento secreto em reação ao STF

Projeto divide recursos pelo tamanho das bancadas, mas dá margem para serem usados como moeda de troca; para Lewandowski, texto 'atende às preocupações' do Supremo

LAURIBERTO POMPEU
BRASÍLIA

EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

Presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (ao centro), durante votação: texto recebeu 328 votos favoráveis de deputados e 44 de senadores

O Congresso aprovou ontem um projeto de resolução que altera o funcionamento do orçamento secreto e divide os recursos das emendas parlamentares de acordo com o tamanho das bancadas dos partidos na Câmara e no Senado. A iniciativa foi votada às vésperas da retomada do julgamento do instrumento pelo Supremo Tribunal Federal (STF), marcado para esta segunda-feira, e abre caminho para a Corte liberar a prática, ainda que com novas exigências de transparência na distribuição das verbas.

O ministro do STF Ricardo Lewandowski disse ontem que o texto aprovado pelo Congresso atende às "preocupações que foram ventiladas pelos ministros ao longo do julgamento". Lewandowski se reuniu com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), após a aprovação do projeto de resolução pelo Congresso. O julgamento foi interrompido com cinco votos pela inconstitucionalidade do orçamento secreto e quatro por sua manutenção. Faltam votar apenas Lewandowski e o decano Gilmar Mendes.

Na Câmara, o projeto costurado para mandar ao Supremo o recado de que todas as dúvidas foram sanadas recebeu 328 votos a favor e 66 contra. No Senado, o placar ficou em 44 a 20. O texto teve o apoio tanto do PT do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva quanto dos partidos do Centrão. Durante a campanha, Lula chamou o orçamento secreto de "excrescência" (*mais informações na pág. A20*).

O PSB do vice-presidente eleito Geraldo Alckmin foi contra a proposta. "Nós entendemos que aquilo que está errado continua errado com essas alterações", disse o deputado Elias Vaz (PSB-GO), em uma referência às mudanças no texto. "Achamos isso uma imoralidade."

CRITÉRIOS. A proposta que passou ontem pelo crivo do Congresso tem novos critérios para a distribuição de emendas. Lira e Pacheco, por exemplo, terão controle de 7,5% dos recursos. Isso pode representar R$ 1,45 bilhão para cada um, de acordo com os valores que serão praticados no próximo ano. O Orçamento para 2023 tem R$ 19,4 bilhões para esse tipo de emenda e deve ser votado na quarta ou quinta-feira.

A resolução determina, ainda, que metade das verbas seja usada para saúde, educação e assistência social. Além disso, ao contrário do que ocorre hoje, os parlamentares que indicarem as emendas precisam ser identificados. Mesmo assim, ainda há margem para o uso do orçamento como moeda de troca, uma vez que a proposta não estabelece regras claras sobre como os recursos serão divididos entre os congressistas. Cabe ao líder de cada partido fazer a divisão.

OPERADOR. Expoente do Centrão, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é um dos principais operadores do orçamento secreto. A prática, revelada em uma série de reportagens do **Estadão**, consiste na liberação de recursos a um grupo de deputados e senadores, sem transparência, em troca de apoio político ao governo. Embora seja aliado do presidente Jair Bolsonaro, Lira trabalha para emplacar nomes de sua confiança em ministérios do futuro governo, como o de Minas e Energia e Desenvolvimento Regional.

A expectativa de Lula é que, após essas negociações e com o fim do julgamento do Supremo sobre o orçamento secreto, a Câmara aprove a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição. A votação foi adiada para a próxima terça-feira, após o veredicto da Corte. A PEC permite ao futuro governo gastar R$ 168 bilhões para pagar o novo Bolsa Família de R$ 600, mais um auxílio adicional de R$ 150 para crianças de até seis anos, além do aumento do salário mínimo.

MINISTÉRIOS. O Centrão criou dificuldades para a aprovação da PEC ao longo da semana, o que foi interpretado pelo entorno de Lula como uma tentativa de obter mais cargos. Lira, por exemplo, reivindica Minas e Energia para o deputado Elmar Nascimento (BA), líder do União Brasil, além da manutenção do controle da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Parnaíba e do São Francisco (Codevasf) para o aliado. A Codevasf foi uma das autarquias que mais receberam recursos do orçamento secreto.

Lira também reivindicou o comando do Ministério da Saúde, tradicional feudo do PP, mas Lula não aceitou. O presidente eleito já convidou a socióloga Nísia Trindade para ocupar o cargo. Pela contabilidade do Centrão, ainda não há os 308 votos suficientes para aprovar a PEC, mas esse cenário pode mudar, dependendo do anúncio dos ministros. Lula, porém, tenta segurar algumas nomeações para verificar justamente com quem pode contar no plenário da Câmara para a aprovação da PEC.

Distribuição
Presidentes da Câmara e do Senado ainda vão controlar 7,5%, ou mais de R$ 1 bi, dos recursos

Lewandowski é muito próximo de Lula e já chegou a ser cotado para integrar o primeiro escalão, mas não aceitou. O ministro completa 75 anos em maio, quando terá de se aposentar compulsoriamente, mas já disse que pode antecipar a saída. O advogado Cristiano Zanin, que defendeu Lula na Operação Lava Jato, é cotado para assumir a cadeira. ●

Destino obscuro

'Estadão' revelou uso do orçamento secreto

● **'Tratoraço'**
Na primeira reportagem da série do orçamento secreto, em maio de 2021, o **Estadão** revelou que ele bancava a compra de tratores superfaturados em troca de apoio no Congresso. Os preços pagos pelo maquinário chegavam a até 259% acima dos valores de referência fixados pelo governo.

● **'Estatal do Centrão'**
Sob o governo Bolsonaro, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) inchou e se transformou na estatal do Centrão. Turbinada com recursos do orçamento secreto, a empresa, com longo histórico de casos de corrupção, ampliou seu raio de ação.

● **'Escolas fake'**
O mecanismo que direciona recursos públicos com base em critérios políticos também foi usado para criar o esquema das chamadas 'escolas fake', como mostrou o **Estadão**, em abril. Apesar da falta de recursos, o MEC autorizava a construção de escolas, originando "esqueletos" e obras inacabadas.

● **Ônibus escolares**
O programa Caminho da Escola passou a distribuir ônibus escolares superfaturados a aliados do governo. Tudo passava pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, controlado pelo Centrão, com verbas do orçamento secreto.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Pagina:** 18

Copyright © Clipclap 2026.